

PT propõe restringir importações

28
GEORGE ALONSO

SÃO PAULO — O economista Guido Mantega, um dos formuladores do programa de governo da oposição, defendeu, ontem, quatro medidas para enfrentar a crise econômica que ameaça o país e sinalizar ao mercado internacional que o Brasil pretende fortalecer a economia. Entre elas está a restrição imediata das importações.

Embora tenha ressaltado que não houve uma reunião entre os economistas da frente oposicionista para apresentar uma proposta acabada sobre a crise, Mantega apontou outras três medidas que poderiam ser tomadas pelo governo: uma política externa comercial mais agressiva, exigindo maior reciprocidade de parceiros internacionais; convocação de câmaras setoriais para estimular a produção em determinados

segmentos econômicos; e convocar o Congresso, em caráter de emergência, para apresentar e votar uma reforma tributária de consenso.

Segundo Mantega, a redução das importações não significa fechamento da economia e teria eficácia em um mês. "Restringir importações e exigir a queda de obstáculos para produtos brasileiros em outros países sinaliza que o Brasil está preocupado em equilibrar a balança comercial e reduzir a vulnerabilidade", disse.

Para reduzir as importações, explicou o economista, o governo passaria a praticar uma política de tarifas diferenciadas, privilegiando alguns produtos e dificultando a entrada de outros. No limite, segundo ele, seria proibida a entrada de certos produtos, os chamados supérfluos.

A segunda medida se refere a reabrir negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) para

impulsionar as exportações. "Seria preciso declarar à OMC um regime de emergência e cobrar regras de reciprocidade para que os produtos nacionais não sejam impedidos de entrar nos mercados de parceiros comerciais, com o levantamento de obstáculos." As pautas de exportação e importação seriam negociadas país a país.

Em relação à recriação das câmaras setoriais, Mantega declarou que serviriam para estimular a expansão de setores industriais, entre eles de bens de consumo, de capital, alimentos e têxtil. "O governo poderia diminuir algumas alíquotas de impostos e, em contrapartida, as empresas diminuiriam preços e se comprometeriam a fazer um programa de investimentos que não implicasse em demissões."

A última proposta citada pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) seria uma reforma tributária de consenso, uma das medidas que visa-

ria conter o déficit público. "Quando o governo quer, convoca o Congresso e aprova o que quer, não é? Que faça agora em defesa do país", conclamou. Com essas medidas, diz ele, o Brasil estaria avisando ao mundo que "está corrigindo os rumos".

A Polícia Federal criou uma estrutura especial, em São Paulo, para dar segurança ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante o período eleitoral. A divisão tem 20 policiais sob o comando da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), em Brasília.

■ Lula afirmou que quando o ministro da Saúde, José Serra, era titular do Planejamento "sentar com a b... em cima das verbas da saúde". Serra reagiu às críticas, dizendo que tirando a expressão chula, é um reconhecimento de que ele foi austero quando ministro do Planejamento.